

Lideranças reagem

BRASÍLIA — As lideranças partidárias envolvidas nas negociações para a votação do segundo turno reagiram com uma nota oficial — na qual afirmam que "a Constituinte não pode silenciar diante de declarações impertinentes" — às críticas do Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Oscar Dias Corrêa, no fim de semana e repentinamente ontem. Acentuam que o Ministro investe "contra a Constituinte", na hora em que há sérias suspeitas de que setores antidemocráticos procuram um confronto para esvaziar o processo de reconstrução do País.

A nota prossegue nos seguintes termos: "A Constituinte, que tem repudiado, com veemência, esse tipo de investida, todas as vezes em que Ministros de Estado, autoridades militares e, inclusive, o Presidente da República, tentaram diminuir o espaço da sua soberania, não deve si-

lenciar diante de declarações impertinentes que visam criar na opinião pública perplexidade prejudicial à consolidação da nossa vida democrática".

Assinaram o documento, encaminhado ao Deputado Ulysses Guimarães, os seguintes parlamentares: Nelson Jobim (PMDB-RS), Arthur da Távola (PSDB-RJ), Roberto Freire (PCB-PE), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Ademir Andrade (PSB-PA) e Paulo Ramos (PSDB-RJ).

O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, preferiu não comentar a manifestação do Ministro do STF, alegando desconhecer seu teor. Mas foi o próprio Ulysses quem chamou a atenção do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), ao mostrar o recorte de jornal contendo a entrevista, que, desde cedo, estava sobre sua mesa.

Cabral repudiou a manifestação de

Oscar Corrêa, não só pelo conteúdo das críticas, mas por partirem de um membro do Judiciário, poder responsável pela garantia das normas constitucionais. Para o Relator, a manifestação do Ministro do STF tem relação com a audiência que manteve com o Presidente José Sarney, na sexta-feira.

— É a única explicação — comentou Cabral, lembrando que Oscar Corrêa é candidato a Ministro da Justiça, no lugar de Paulo Brossard, que aguarda nomeação para o Supremo.

As críticas ao conteúdo do projeto de Constituição feitas pelo Ministro Oscar Dias Corrêa surpreenderam a maioria dos parlamentares. Os constituintes estranharam os ataques, em contraste com o comportamento discreto mantido até agora pelo Poder Judiciário, ao longo do processo de elaboração da nova Carta.

Ministra

Oscar Corrêa, não só pelo conteúdo das críticas, mas por partirem de um membro do Judiciário, poder responsável pela garantia das normas constitucionais. Para o Relator, a manifestação do Ministro do STF tem relação com a audiência que manteve com o Presidente José Sarney, na sexta-feira.

Sem acordo sobre temas polêmicos, Carta só sai em 89

BRASÍLIA — Pelo menos num ponto os líderes partidários concordam: se não houver um acordo que permita a votação dos temas polêmicos, a nova Constituição só será promulgada em 1989. Todos apostam no sucesso das negociações e preferem não comentar a mais pessimista das hipóteses, que seria a decretação do recesso até 15 de janeiro, se a Carta não estiver pronta em setembro.

O líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço (BA), observa que a Assembleia só tem funcionado em consequência de acordos ou de pressões do Palácio do Planalto. Por isso prevê:

— Sem acordo não há quorum.

Seu colega Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos articuladores do Centrão, acha possível um entendimento, desde que "o outro lado concorde em suprimir a anistia fiscal, a proibição da venda de hemoderivados de sangue, o turno de seis horas e o tratamento preferencial para a empresa nacional".

O líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), desconfia das boas intenções dos governistas. Diz ser fácil perceber que eles atuam justamente no sentido de protelar a decisão atendendo aos interesses do Planalto, que, segundo ele, quer adiar a reforma tri-

partidária para evitar a elaboração do Orçamento da União pelas novas regras constitucionais, impedir a realização do pleito municipal em dois turnos — que beneficiaria o PMDB —, e continuar legislando por decreto-lei.

— A tática do Governo é simples. Os líderes dizem que trabalham pelo quorum, mas a massa anônima não comparece — denuncia Fernando Henrique.

Para o Senador Jarbas Passarinho (PA), Presidente do PDS, a manobra de impedir o quorum pode ser realizada "com muita classe, aproveitando-se da força inercial", ou seja, não é necessário nenhum esforço.

Os líderes concordam que setembro é o prazo limite para a promulgação da nova Carta. Se até lá o segundo turno não estiver encerrado, o "aquecimento" das campanhas municipais inviabilizará os trabalhos. Neste caso, a Mesa da Assembleia, como admite seu Segundo Vice-Presidente, Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), decretará recesso, reiniciando as votações em janeiro do próximo ano. Arbage, pessimista quanto às chances de promulgar a Constituição em 1988, teme que já não haja quorum na semana que vem, que coincide com o fim do prazo de registro de candidatos.

Ulysses pede que pressão

BRASÍLIA — O Presidente da Assembleia Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, decidiu partir para a ofensiva para garantir o quorum nas votações da Constituinte. Ele pretende fazer uma relação dos faltosos e pedir aos coordenadores das bancadas estaduais e aos Governadores a convocação desses constituintes.

Ulysses analisa também a divulgação pelo "Diário da Constituinte" — noticiário da Assembleia que vai ao ar todos os dias pelo rádio e televisão — da relação dos presentes na sessão, deixando implícitos os nomes dos ausentes. Ele examina ainda a convocação de suplentes para o lugar dos faltosos. Esta medida só será posta em prática se houver risco de a Carta não ser promulgada.

Na edição do "Diário da Constituinte" de ontem, Ulysses apelou aos constituintes que compareçam às sessões para que a Carta possa ser concluída. Ainda existem 708 distantes a serem votados, e o Deputado acredita que com duas sessões por dia, três vezes por semana, em dez dias a Assembleia terminará o texto constitucional.

A sessão de ontem não durou mais do que meia hora — apenas 195 constituintes estavam no plenário, quando são necessários 280 para iniciar a votação. Ao terminar a verificação



Ulysses grava o esp

de quorum, o Presidente da Assembleia Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, decidiu partir para a ofensiva para garantir o quorum nas votações da Constituinte. Ele pretende fazer uma relação dos faltosos e pedir aos coordenadores das bancadas estaduais e aos Governadores a convocação desses constituintes.

agem a Dias Corrêa

Ministro reafirma todas as críticas

O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, reafirmou, ontem, as críticas que fizera no fim de semana, em palestra na Associação dos Advogados de Minas Gerais, ao projeto de Constituição Para o Ministro, o enfraquecimento do Judiciário, com a retirada de parte das atribuições do STF, vai gerar conflitos entre o Executivo e o Legislativo. A noite, o Ministro não quis comentar a nota das lideranças partidárias que repudiaram suas declarações e só vai responder quando receber a nota, ou depois de vê-la publicada.

Oscar Corrêa acha o atual texto muito longo e prolixo. Segundo ele,

o principal perigo do projeto são os dispositivos que alteram as relações entre os Poderes, fortalecendo o Legislativo e enfraquecendo o Executivo e o Judiciário. Ele faz severas críticas à retirada da competência do Supremo para julgar matéria de vigência de leis federais, que passa a ser exclusividade do Tribunal Superior de Justiça, que substituirá o Tribunal Federal de Recursos.

Fazendo questão de ressaltar que o conteúdo da palestra reflete sua opinião pessoal e não a dos ministros do STF, Oscar Corrêa disse que o novo texto poderá agravar a tensão social em alguns setores. Segundo ele, os Constituintes erra-

ram ao incluir dispositivos que criam vantagens aos trabalhadores que os empresários não terão condições de cumprir. Espera que os Constituintes rejeitem esses dispositivos na votação do segundo turno.

Mesmo negando que tenha recebido convite do Presidente José Sarney para assumir o Ministério da Justiça, no lugar do Ministro Paulo Brossard, que iria para o STF, Oscar Corrêa já falava ontem como Ministro do Executivo, criticando a tolerância do Governo em relação às últimas greves nos serviços públicos. Declarou que o Governo tem sido brando nas negociações com grevistas.

sses pedirá a Governadores e pressionem constituintes

Presidente da Assembleia Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, decidiu partir para garantir o quórum da Constituinte. Uma relação dos coordenadores estaduais e aos Governadores desses consti-

também a divulgação da Constituinte — Assembleia que vai ao ar pelo rádio e televisão — dos presentes na Assembleia os nomes que examina ainda a Assembleia para o lista medida só será se houver risco de promulgada.

Diário da Constituinte apelou aos Governadores para compareçam às sessões da Carta possa ser promulgada. Existem 708 deputados, e o Deputado Ulysses Guimarães, em dez dias, terminará o texto

o não durou mais — apenas 195 compareceram ao plenário, quando 280 para iniciar a verificação



Ulysses grava o apelo para que os constituintes compareçam ao plenário

de quórum, o Presidente da Constituinte informou que pedirá aos Governadores que pressionem os parlamentares de seus Estados, pois eles serão os beneficiários com a aprovação da reforma tributária.

Ulysses disse que alguns constituintes justificaram suas ausências afirmando que as empresas aéreas teriam alterado o horário dos voos para Brasília. Ele informou também que ligará para a direção das empresas, exigindo o cumprimento dos horários estipulados para os voos que

se destinam à Capital.

O Presidente da Constituinte reuniu-se ontem com o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e com o Líder do PMDB na Assembleia, Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), para estudar a possibilidade de se adotar um calendário de votações com a utilização do máximo possível de reunião de destaques, o que permitiria que em apenas uma votação mais de duas emendas sejam votadas.

Da mesma forma, ele quer votar

de uma vez as emendas que tenham parecer favorável do Relator sem afastar a possibilidade de que o autor de um destaque possa requerer votação isolada para a sua proposta.

O Relator Bernardo Cabral afirmou que o atraso da Constituinte se explica por "uma conjugação de forças".

— O Governo, que está pressionando para inviabilizar a reforma tributária, os empresários, que querem impedir a aprovação dos direitos sociais, e a campanha das eleições municipais, que envolve o interesse de muitos constituintes, são os principais motivos para o atraso — afirmou Cabral.

O Deputado Ulysses Guimarães não acredita que esteja acontecendo um trabalho deliberado no sentido de atrasar os trabalhos da Assembleia, mas reconhece que o Governo não está se empenhando para garantir a presença de sua base parlamentar em Brasília.

— Eu não vejo a mão do Executivo trabalhando para postergar a promulgação. O que se pode dizer é nem por isso concluir que exista interesse em atrasar o trabalho, e que o Governo não está se empenhando para mobilizar a sua base como fez em outras ocasiões conhecidas — disse o Presidente da Constituinte.